

A política burguesa é assim mesmo

O realinhamento partidário no segundo turno das eleições municipais chama atenção pelas aparentes contradições e incoerências. Em São Paulo, o PSDB, tão criticado pelo PT pelo seu “neoliberalismo”, declara apoio a Marta. O mesmo fez Orestes Quéricia, do PMDB, que compôs chapa com Romeu Tuma do PFL. Em Curitiba, Paraná, a maioria do PSDB saiu em defesa da candidatura petista contra a do PFL. Em Fortaleza, surpreendeu a chegada do candidato estalinista do PCdoB, em coligação com o PT, PDT, PCB e PSB, ao segundo turno e a derrota da candidata do PPS, apoiada pelo PSDB. Conclusão: Ciro Gomes (PPS) demonstrou disposição em apoiar a coligação da frente popular contra o candidato do PMDB.

Como se pode notar, adversários que compareceram no primeiro turno como irreconciliáveis, passam no dia seguinte das apurações a apoios e afaços mútuos.

Claro que não é nada novo a jogatina dos candidatos e partidos. Nas eleições de 94, para governador, o casal Suplicy fez campanha para Covas no segundo turno contra Maluf, a ponto de Marta cobrar do PSDB paulista a retribuição, que veio acima do esperado.

PSDB, PMDB e PFL constituem a coalizão governamental responsável pelo Plano antinacional e antipopular de FHC, cujos resultados têm sido fome e desemprego para as massas, destruição de conquistas sociais, desnacionalização, sangria do país etc. Neoliberais (pró-imperialistas), reformistas do PT, estalinistas (PCdoB/PCB) e opositoristas como PSB/PDT acabam por se apoiarem,

neste ou aquele Estado/município, não importando suas políticas gerais e o que os apoiados fazem em seus mandatos.

Um exemplo disso foi o apoio do PT a Covas. Se houvesse um mínimo de seriedade, os reformistas deveriam se responsabilizar pela violência do governo peesedebista contra a vida dos trabalhadores. Mas não existe esse critério na ética e moral do PT. Ao contrário, a primeira atitude de Marta logo que eleita para o 2º turno foi de cobrar coerência do PSDB, pedindo retribuição ao facínora Covas (claro que enfeitado de democrata, de progressista, ético). Acoberta-se que, no essencial, Maluf e Covas têm diferença de grau (quem permitiu roubar mais, quem roubou diretamente, quem reprimiu mais os movimentos, quem usou a máquina do Estado para oprimir mais os trabalhadores).

Não é absurdo e nem herético imaginar que, se o PT estivesse disputando com o PSDB o 2º turno, aceitaria o apoio do malufismo. Está aí a aceitação do apoio de um outro facínora da política burguesa - Orestes Quéricia.

Esse bandoleiro explicou que a definição pelo PT se deve ao fato de Maluf estar metido em corrupção. Vejam só: o PMDB de Quéricia compôs a bancada do Prefeito Pitta quase todo o tempo.

Não é só Quéricia que dá essa justificativa. Vejamos uma das passagens da declaração do PSDB paulista: “Por significar a negação da democracia, da ética e da justiça social, em detrimento do interesse público, o PSDB repudia, vigorosamente, a candidatura de Paulo Maluf à prefeitura”.

Existe maior falsidade, mentira e hipocrisia que essa? Os governos do

PSDB, a começar pelo federal, estão metidos em corrupção, esmagaram as condições já precárias de vida das massas, e querem imputar somente ao Maluf o que também fazem. Mas o PT se cala diante dessa fraude, muito conveniente para ambos os lados.

Ocorre que os “socialis-democratas” do PSDB estão presenciando o fortalecimento eleitoral do PT e a força eleitoral obtida com as máscaras da ética, cidadania, da justiça social, da inclusão dos excluídos e por aí afora. E o PT tem em suas contas que, para poder um dia governar o país, dependerá do PSDB ou setores dos partidos oficialistas (organicamente burgueses), o que inclui o PMDB.

Esse emaranhado constitui a essência da política burguesa, na qual o PT está integrado.

O problema reside no fato do reformismo alimentar as ilusões democráticas das massas. Ou seja, que seus problemas serão solucionados por um governo ético, comprometido com o social, sem tocar no sistema de exploração e opressão capitalista. O PT e seus aliados controlam grande parte das organizações sindicais e as colocam na dependência do Estado burguês.

A classe operária terá de passar por essa experiência com o reformismo. A luta revolucionária contra o conjunto dos partidos burgueses, e particularmente contra o PT se impõe como condição para que o proletariado se liberte do domínio capitalista e rompa com os reformistas traidores.

Faz parte dessa tarefa a luta dos marxistas-leninistas-trotskyistas pela construção do partido operário revolucionário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Eleições-SP

Nem Maluf, nem Marta - Não há uma candidatura revolucionária dos trabalhadores

O fato do segundo turno em São Paulo ocorrer com Marta e Maluf aumenta a pressão em torno da idéia de que nesse caso o voto na candidata do PT é obrigatório. Vem à tona o já conhecido argumento de que para derrotar Maluf deve-se deixar de lado as posições contrárias às do PT, tratando-se de constituir uma ampla frente eleitoral anti-malufista.

Foi com esse mesmo raciocínio que o PT apoiou Covas (PSDB) contra Maluf, nas eleições para governador. Pregou-se, e agora faz o mesmo, de que estamos diante do confronto entre fascismo e democracia, entre corrupção e transparência, entre direita e esquerda. Essa propaganda abstrai um ponto essencial: as candidaturas correspondem aos interesses da classe burguesa contra a classe operária e demais explorados. Falseia-se a caracterização de que se trata da disputa entre fascismo e democracia. O que ocorre é um jogo eleitoral entre uma fração minoritária da direita burguesa (malufismo) e o reformismo petista que estreitou os seus laços com setores da burguesia que não vêem vantagens na volta de Maluf à prefeitura de São Paulo.

Eis por que Marta recebe apoio direto do governo Covas. O que não poderia ocorrer se a alta cúpula do PSDB, incluindo FHC, não estivesse de acordo. Influentes capitalistas, como Mário Amato e o reacionário jornal O Estado de São Paulo, declaram intenção de apoio anti-malufista.

Como se vê, na atual situação, a tendência da classe burguesa não é a de lançar mão do fascismo. Para ela, a melhor alternativa seria Geraldo Alckimin (PSDB). Como não foi possível, Marta ocupa esse lugar. A experiência com o malufismo tem sido muito negativa, devido aos constantes escândalos de cor-

rupção, que incluem a gestão de seu ex-afilhado Celso Pitta. A outra ala direita, o PFL, não declarou apoio a Maluf. Seu candidato derrotado, Romeu Tuma, animou-se em apoiar Marta, mas foi proibido pela direção do partido devido à sua política nacional de alianças.

O PT correu atrás do apoio de Tuma, tão fascista quanto Maluf. Essa atitude foi tão chocante que um influente militante do PT do Rio Grande do Sul declarou aos jornais: “buscar o apoio de Tuma suja de sangue as mãos do PT”. E parentes de mortos e desaparecidos no regime militar condenaram a aproximação do PT desse representante do PFL. Isso porque Tuma foi um dos chefes da repressão sanguinária da ditadura militar. Frente a isso, Ricardo Berzoini (direção do PT/SP) respondeu: “que o julgamento moral de Tuma não está em jogo”. Para o dirigente petista, basta que Tuma tenha se pronunciado anti-malufista para estar credenciado a se colocar do lado de Marta no segundo turno.

Vemos que o anti-malufismo do PT é amplo e irrestrito, indicando o quanto é falso o argumento de que o que está em jogo é a democracia. Quanto à idéia de que se trata de limpar a corrupção, o argumento não é menos falso. A corrupção no Estado não depende deste ou daquele governo. Ela é inerente às relações capitalistas que dominam o Estado e que se impõem fatalmente ao governo de plantão. Mesmo que um determinado governo tenha capacidade de limitar o tráfico no Estado, não faz senão equilibrar os interesses interburgueses. Dizer que favorecerá os trabalhadores é hipocrisia para colher votos. Mas o fundamental está em que Marta Suplicy se assenta em forças burguesas que a consideram a melhor alternativa para a situação.

O programa do PT foi traçado de acordo com a propensão de determinados setores burgueses avalizarem a candidatura de Marta, contando também com o entusiasmo de camadas da pequena burguesia. Qualquer ilusão de que o PT venha a contrariar os interesses gerais dos exploradores em favor das massas oprimidas é criminosa. O palavreado em favor dos “excluídos”, referido à educação, saúde, emprego, segurança, moradia etc, se desfaz perante as forças patronais em que o PT procurou se escorar e que se escorará agora na iminência de ganhar as eleições.

Em nível nacional, o reformismo já deixou claro sua adaptação ao capitalismo, de forma que sua política está inteiramente submetida ao corrompido Parlamento. Seus principais dirigentes chegaram à conclusão de que o PT necessita das alianças com setores oficialistas (PSDB, PMDB etc). Não é por acaso que as administrações petistas, sendo a mais esquerda a do Rio Grande do Sul, não fazem de seu posto uma trincheira de resistência ao governo FHC.

Marta já adiantou que pagará a fabulosa dívida do município de São Paulo, prometendo assim sustentar um dos pilares da política econômica de FHC/FMI. Toda e qualquer medida em favor das massas esbarrará logo de início na obrigatoriedade de pagar a dívida e de destinar uma importante parcela do orçamento para os cofres das empreiteiras etc. O tal do orçamento participativo se resume em pedir aos trabalhadores colaboração com o governo reformista diante da alegada falta de dinheiro. Os pequenos remendos só servem para ludibriar os oprimidos com a idéia de que no futuro será melhor. Basta ver a situação dos milhões de desempregados crôni-

Fortaleza-ce

Votos nulos, brancos e abstenções superam frente popular (Inácio e Bruno)

As eleições de 1º de outubro em Fortaleza foram marcadas pelas disputas interburguesas. As diversas fações burguesas (PFL, PSDB, PMDB etc.) compareceram desde o princípio divididas e expressaram os choques em nível nacional. 82% dos eleitores compareceram às urnas e o resultado das eleições ficou assim definido:

Candidato/Partido/Coligação	Votos obtidos	% dos votos válidos
Juraci Magalhães (PMDB/PL/PTB)	306.643	33,18%
Inácio arruda (PC do B/PT/PDT/PCB/PSB)	282.094	30,43%
Moroni Torgan (PFL)	167.760	18,10%
Patrícia Gomes (PPS/PSDB)	157.790	17,02%
Orlando Júnior (PHS)	6.138	0,66%
João Oliveira (PT do B)	4.687	0,51%
Raimundão (PSTU)	1.819	0,18%

A ascensão da frente popular para o segundo turno, em condições de vencer as eleições frente ao PMDB, se deu pela capitalização do descontentamento de uma grande parcela

com os candidatos governistas. Entretanto, o crescimento eleitoral do reformismo sem empunhar sequer um programa mínimo de reformas, demonstra que, conforme avança a crise, mais este se constitui numa alternativa para administrar o Estado capitalista.

O PSTU com uma campanha voltada para o reformismo/stalinismo e sem esboçar a menor independência política, alcançou inexpressivos 1.819 votos ou 0,18% dos votos válidos. A verdade é que a soma dos votos nulos, 49.808 (4,10% do total do eleitorado), brancos 17.504 (1,44%) e abstenções 223.333 (18,34%), totalizando 290.645, (24,0%) venceram a frente popular, que atingiu 23,1% do total de votos e praticamente empatou com o “vencedor” Juraci Magalhães que obteve 25,1% do total de votos. O resultado destas eleições (1/4 não votou em ninguém) demonstra que, com o aprofundamento do plano econômico imposto pelo imperialismo (FMI) e o agravamento da crise política (TRT, Juiz Nicolau etc.), criam-se condições amplamente favoráveis para a desenvolver a luta antiimperialista em defesa da ação

Professores-SP

Plenária Regional de Educação

Realizou-se na Lapa a plenária de educação com objetivo de discutir a reforma do ensino médio e financiamento do ensino público. Foram feitas 4 exposições: Articulação/PT, Partido Operário Revolucionário (POR), PSTU e independentes. A Articulação centralizou os seus argumentos na viabilidade de um ensino de melhor “qualidade” com a utilização das verbas “constitucionais”. Criticou o governo pelos desvios de dinheiro, através do Fundef e da não aplicação dos recursos que são destinados à escola pública. O POR e os outros opositores denunciaram a reforma privatista da educação.

O POR apresentou a essência da reforma governamental, mostrando o conteúdo de demissão e cortes de gastos como parte das reformas neoliberais. Destacou que o objetivo é obrigar as prefeituras, a comunidade escolar,

os pais e a iniciativa privada a assumirem a sustentação financeira das escolas públicas. Mostrou que a concepção neoliberal faz da escola uma empresa e que o seu custeio depende dos “usuários” (pais e alunos) e daqueles que podem dela tirar proveitos, no caso a iniciativa privada (que usam as escolas como propaganda de seus negócios e para burlar os impostos). Criticou a Articulação por não se opor verdadeiramente à reforma do governo. Demonstrou que suas propostas “propositivas” têm resultado em fracasso e desmobilização do magistério, a exemplo do que ocorreu com o Plano de Carreira. Combateu a idéia de uma escola “democrática e incluyente” por semear a falsa ilusão de que é possível uma reforma educacional em favor das massas trabalhadoras nos marcos do sistema capitalista em decomposição. Por fim, denunciou o método par-

lamentar-eleitoral da Articulação para barrar a reforma do ensino médio.

O POR mostrou o caráter limitado do plebiscito e propôs a convocação de uma assembléia para organizar o movimento contra a reforma do ensino médio. Sem a organização da ação direta contra a reforma do governo não será possível barrar a mutilação do ensino público. O PSTU se apoiou na realização do plebiscito. Procurou diferenciar da Articulação dizendo que o plebiscito por si só não resolveria o problema. Para isso, era preciso preparar uma mobilização para o mês de novembro, mas combateu a nossa proposta de assembléia.

Os independentes fizeram uma denúncia dos planos do Banco Mundial para a educação. A unidade entre a teoria e a prática foi defendida apoiada na concepção gramsciana. Nesse ponto, não se diferenciaram dos refor-

mistas, que também têm Gramsci com o seu ideólogo.

O POR defendeu uma plataforma educacional capaz de mobilizar os educadores, pais e alunos contra o governo. Tal plataforma tem como ponto central a defesa da escola única (único sistema de ensino estatal), sob o controle dos trabalhadores, pública, autônoma, laica e vinculada à produção social. Extinção de toda rede privada e estatização de todo o sistema. Emprego a todos e salário mínimo de 1900,00. Derrubada integral da reforma privatista e organização da luta antiimperialista e anticapitalista. Mostrou que para conquistar essas reivindicações era necessário aprovar o método da ação direta.

Articulação prepara um Congresso para referendar sua política de conciliação

O Congresso da Apeoesp está muito burocratizado. A escolha dos delegados que era feita nas escolas, na proporção de 1 para cada 10 professores, foi abolida. Agora o Congresso é composto por dois mil delegados. Uma parte eleita nas plenárias regionais (cada região tem uma cota de delegados proporcional ao número de sócios) e outra é formada pelos conselheiros, que são natos. Isso quer dizer que por volta de 500 delegados não são eleitos na base, porque fazem parte do conselho. E este é quase que por inteiro manipulado pela Articulação/PT. Com isso, a Articulação garante maioria nos Congressos para aprovar suas teses.

O POR se opôs à tese-guia e a realização do congresso em Serra Negra. A Articulação/PT há anos vem realizando os congressos nas regiões hoteleiras e gastando rios de dinheiro com esse tipo de congresso que nada tem a ver

com a vida dos trabalhadores. Por outro lado, a diretoria ainda teve a coragem de aprovar a cobrança de taxa de inscrição dos delegados (60 reais). Essa exorbitância se choca com a situação do professor que recebe R\$ 5,08 por aula. Porém, essas decisões são aprovadas no Conselho e aí quem tem a maioria é a diretoria.

Como se vê, a Articulação já preparou todas as condições para que o Congresso esteja sob suas rédeas. Por essa via, o congresso da Apeoesp não será um instrumento de organização da luta contra a reforma educacional do governo. Os professores estarão desarmados para enfrentar o desemprego e arrocho salarial que virão com mais intensidade no início do ano que vem.

Defesa das teses e escolha dos delegados na Lapa

O POR coordenou a plenária regional e defendeu a escolha dos delegados a partir das teses. Os independentes, que concorreram nas eleições para direção da Apeoesp com a chapa 1, propuseram compor com o POR. Porém, faziam uma ressalva que essa composição só valeria para a região e no congresso estariam defendendo tese própria. E propunham que a defesa fosse feita por um membro do POR e outro independente. O POR se opôs. A razão está em que os independentes queriam fazer uma unidade puramente formal, vinculada estritamente à tirada de delegados, de forma que a eleição dos delegados não estaria determinada pela defesa de posições. Ao mesmo tempo, os independentes fariam oposição às idéias poristas.

O argumento de que não poderíamos sair divididos porque fortaleceria a Articulação não era de boa fé. Isso porque no Congresso estaríamos sepa-

rados, o que fortalece a Articulação. É preciso entender que um congresso é uma instância em que se defende posições programáticas e a tática de luta. Se sequer constituir uma frente antiburocrática, então deve haver um acordo geral para o congresso, que se expressaria nas particularidades das eleições regionais. Em várias ocasiões, o PSTU usou o mesmo argumento dos independentes. Ou seja, que se justificaria uma unidade de tirada de delegados regional, mas não se justificaria a unidade de defesa de posições no congresso. Consideramos essa linha oportunista.

O problema está em que os independentes resistem à militância baseada no programa revolucionário e numa linha política coerente. Não é por acaso que têm em seu programa de chapa a defesa de que o sindicato deve ser independente politicamente de todos os partidos, inclusive dos revolucionários (marxistas), que foi um dos pontos centrais da divergência na ocasião das eleições para a direção da Apeoesp. Com isso, atuam bloqueando o desenvolvimento da consciência partidária da vanguarda, alimentando preconceitos contra o partido. Muitos se acobertam com o marxismo, para negá-lo na sua essência, que é a de materialização da doutrina socialista no seio das massas por intermédio do partido.

A política sindicalista nada tem a ver com o marxismo. Chamamos a atenção de que o sindicalismo é por sua natureza uma política reformista. Nas condições de crise do sistema capitalista, essa política é utópica, reacionária. Para isso, é necessário que os independentes se coloquem no campo da construção do partido/programa.

Assim, na Lapa, houve a defesa de 5 teses, para a escolha de 30 delegados. O POR ficou com 6 delegados, dois suplentes e 3 do conselho.

**Abaixo os processos e prisões políticas!
Liberdade imediata para todas as lideranças e fim dos processos!**

Professores-SP

Burocracia regional petista impede definir delegação por posição política

A burocracia sindical se caracteriza por combater definições políticas e não constituir o Congresso do sindicato com delegados vinculados à luta programática e dispostos à organizar a luta. Quanto mais difusa, despolitizada e arregimentada for a base, melhor para a sobrevivência da casta sindical. Ao contrário, a politização pelo choque de posições das tendências revela o conteúdo burguês da política reformista e condução burocrática do sindicato.

Uma das características dessa política é a de desviar o curso da luta, evitar que as necessidades objetivas dos trabalhadores se transformem em ação coletiva contra o Estado e a classe dominante. Está aí por que os burocratas reprimem o confronto de posições, mutilando o funcionamento coletivo das plenárias.

Tais características vivenciamos na plenária Estadual de Educação na sub-sede Sudeste-Centro, ocorrida no dia 6/10. A maioria dos presentes compa-

receu arregimentada por manobras da Executiva (Articulação-PT) que monopolizou as atas e selecionou as escolas de onde viriam os representantes, ou seja, as escolas sob seu controle.

Mas não basta esse método de condicionamento. Para a burocracia concluir com êxito seu objetivo, necessita evitar a discussão política e suprimir o método da definição. Foi com essa intenção que os burocratas do PT impuseram o critério de eleger os delegados individualmente e não por chapas assentadas em posições definidas. Falamos que impuseram porque a votação em favor dessa forma estilhada foi fruto da arregimentação anterior. O POR reagiu mostrando a importância dos delegados expressarem posições, porque só assim o critério de eleição seria claro e refletiria a real situação de luta pela direção do Congresso. A flacidez e dispersão na eleição dos delegados, de antemão, mataria o Congresso.

É claro que devemos reconhecer a

fraqueza da oposição (PSTU/FS-PT) que não tem um bom trabalho de base e não tem lutado para que as divergências com o reformismo e a luta antiburocrática ocorram nos locais de trabalho. Isso facilita tremendamente a ação antidemocrática da burocracia.

Mas o fato é que os petistas da Articulação destituíram a plenária de qualquer sentido de definição e de organização para a luta. Ao se votar o critério individualizante da Articulação oposto ao do vínculo dos delegados com idéias políticas, concepção, caracterizações e objetivo de combate à reforma neoliberal do governo, matou-se a apresentação das teses e a subsequente discussão.

O POR, mesmo nesse contexto adverso, procurou chamar a atenção dos presentes para observar criticamente a diretriz da burocracia que separa a caracterização da reforma privatizante do ensino médio das formas de luta. De maneira que a plenária se reduz a mirradas “reflexões” acadêmicas, bem

Ceará:

UECE: eleitoralismo e política festiva prevalecem no movimento estudantil

A desintegração do ensino tem golpeado dia a dia os estudantes tanto secundaristas como universitários. Na UECE os alunos continuam amargando o corte de verbas, sucateamento da biblioteca etc.

Enquanto sofrem com a péssima estrutura física (ventiladores quebrados, banheiros abandonados etc.) e com a falta de uma residência universitária, a Reitoria embeleza-se com a construção de seu novo prédio orçado em mais de R\$ 2 milhões. Sem concurso público, a falta de professores tem

se agravado. Em alguns cursos, como geografia, a burocracia já avisou: não haverá contratação de professores tão cedo (ou seja, somente após as eleições). O pior de tudo é que boa parte dos estudantes não tiveram suas carteiras confeccionadas e pagam inteira no transporte desde o começo do semestre.

Em agosto, enquanto alunos de diversas escolas e universidades pagavam inteira, as direções estudantis do DCE-UECE (O desafio é reencantar-se-DS/PT e Reviravolta PSTU),

UMES (UJS/PC do B) e outros chamavam os estudantes não a lutarem pela defesa da meia, exigindo da Prefeitura a prorrogação do prazo das antigas carteiras, mas a chamarem voto nas candidaturas da frente popular (Inácio, Lizianne Lins). Mas o manobristismo dos reformistas não pára por aí. No debate com os candidatos a prefeito realizado no dia 14/09 na UECE, boicotaram covardemente a Corrente Proletária Estudantil/POR (que chama o voto nulo programático) não permitindo qualquer espaço na mesa, sem

sequer consultar a plenária.

Na geografia, o CA tem se mostrado o mais festivo possível. Faltam professores por um lado e sobram festas do CA por outro. O PT, no curso, também tem demonstrado que o turismo é, sem dúvida, sua principal preocupação.

Fortaleza (CE):

Contra os desmandos da direção no João Mattos e a perseguição política!

Construir a Corrente proletária estudantil!

No colégio João Mattos, os estudantes têm agüentado todo tipo de abuso por parte da direção. Primeiro, os alunos de todos os turnos são obrigados a ficar do lado de fora esperando o início das aulas sem poderem entrar no colégio. Os alunos são obrigados a esperar na calçada pela boa vontade da direção de abrir os portões. Os que estudam à tarde, aguardam de-

baixo de sol escaldante!

A ditadura da direção também é vista em abusos, como proibir a entrada de alunos que entram com bonés, não liberar a quadra para o turno da noite, impor o fardamento obrigatório etc. Devemos defender que o curso de informática seja gratuito.

Nada de pagar R\$ 5,00! A escola é pública, os alunos são carentes. Os alu-

nos devem exigir da direção também a liberação do laboratório de informática para uso de toda a comunidade escolar, o que quer dizer permitir o uso por parte dos alunos para fazerem seus trabalhos etc.

Contra a perseguição política

A direção da escola (Núcleo Gestor

Ceará mirim (RN)

I Conferência Municipal de Educação - Taipu

Foi realizada nos dias 14 e 15 de setembro a primeira Conferência de educação, em Taipu. O tema foi "A luta dos trabalhadores e as reformas neoliberais". Essa atividade foi organizada pelo POR e setores que dirigem a regional do sindicato em Ceará Mirim. O objetivo é organizar essa região em torno do combate à reforma educacional privatista do governo. Ou seja, fortalecer a luta pelas reivindicações das massas trabalhadoras, unificação dos explorados e pelo método da ação direta.

A Conferência denunciou a essência da política neoliberal do governo, que é de destruição dos serviços públicos (educação, saúde, moradia etc) e mostrou o colaboracionismo das direções sindicais reformistas. Aprovou uma carta aberta contendo uma plataforma de luta para aglutinar os trabalhadores e tomar ofensiva contra a

burguesia e seu governo.

Eis um resumo dos principais pontos da Carta, apresentada pelo POR: 1) As reformas neoliberais para a educação são as respostas da burguesia para a crise do sistema capitalista. Objetivam jogar o peso da crise de seu sistema sobre os trabalhadores retirando a responsabilidade do Estado para com os serviços públicos; 2) O Fundef, ciclos, PDE, PCN, municipalização, reforma do ensino médio, parcerias etc são as propostas neoliberais para a educação; 3) Os trabalhadores têm lutado contra a implementação das reformas neoliberais na educação. Prova disso são as greves etc. A CNTE mostrou-se incapaz de unir os trabalhadores; 4) A dominação das idéias reformistas (PT/PCdoB) nas direções dos sindicatos tem desarmado os trabalhadores, evitando a luta aberta pela

derrubada integral dos planos governamentais; 5) Lutamos para pôr abaixo o PDE. Defendemos o controle da escolas por pais, alunos, professores e funcionários. Exigimos total liberdade pedagógica, administrativa e financeira. Somos pela extinção do Fundef. Defendemos o salário mínimo vital, para 20 horas semanais. Defendemos a unificação com os demais trabalhadores. 6) Lutamos pela derrubada do sistema de exploração capitalista, através da insurreição e a construção de uma sociedade sem classes.

Constituiu um erro admitir a presença do Secretário Municipal de Educação na Conferência, embora este não tenha sido convocado pelos organizadores e se apresentado como professor da região.

A aprovação da Carta foi um passo importante para diferenciar das

VI Congresso de Estudantes da USP: resoluções avançadas, mas contraditórias

O VI Congresso de Estudantes da USP ocorreu de 14 a 17 e em 24 de setembro. Cerca de 260 delegados foram eleitos nos cursos, mas os grupos de discussão das propostas, organizados de 14 a 16/09 em no máximo 30 pessoas, chegaram a reunir mais de 400 estudantes. As plenárias finais (16, 17 e 24 de setembro) tiveram uma participação variada, a maioria nos primeiros dois dias, cerca de 130 delegados no dia 24.

A Corrente Proletária Estudantil atuou com teses e manifesto. Nos grupos de discussão, fez uma série de propostas. Muitas delas não chegaram a ir à votação em plenária pelo critério excludente da exigência de 30% de votos nos grupos para que fossem debatidas. Ainda assim, no ponto conjuntura, a maioria das propostas apresentadas eram as do POR. Algumas delas, e outras de outros pontos do temário, como política educacional, movimento estudantil etc. foram aprovadas. A plenária dos primeiros dias contava com boa parte da militância da greve e aprovou resoluções radicalizadas, como as de organização da luta antiimperialista e anticapitalista pela derrubada integral do plano FHC/FMI, a opção pelo método da mobilização em oposição à via da pressão institucional e parlamentar, o apoio incondicional ao MST e aos seus métodos de luta, a colocação pela destruição do capitalismo e defesa do socialismo como única forma de dar solução definitiva aos problemas da educação, a defesa das bandeiras de “Abaixo a reforma educacional do Banco Mundial, pelo ensino público, gratuito, laico, único e vinculado à produção social”, “universidade ao lado dos explorados contra os exploradores”, e fim do ensino privado, defendida pelo POR como luta pelo fim das escolas pagas e aprovada com apenas 4 votos de vantagem. A proposta foi desvinculada na comissão de sistematização da bandeira da estatização das universidades pagas sob controle da comunidade universitária, que foi der-

rotada por uma margem também pequena de votos. O fato de metade da delegação votar pelas bandeiras poristas de estatização e o apoio incondicional ao MST mostram como a greve radicalizou este Congresso, pois o Congresso anterior rejeitou o apoio aos saques, a luta contra o ensino pago e a bandeira histórica do ensino único, laico e vinculado à produção social.

Devemos destacar ainda que a confusão causada pela falta de clareza de propostas das correntes atrapalhou o debate. As tentativas de ajustar as formulações de modo a não gerar polêmicas acaba impedindo a discussão real das divergências. Por exemplo, quando se discutiu a palavra de ordem da conjuntura, houve um acordo dos petistas com o PSTU ao redor de uma formulação como “Construir o debate ao redor do “Fora FHC e o FMI etc.”, que não define nada, apenas se coloca pela saída eleitoral à crise política. Contra essa bandeira, o POR defendeu o “Abaixo FHC e o FMI”, mostrando que há três bandeiras colocadas contra o governo FHC: “Basta de FHC”, “Fora FHC” e “Abaixo FHC”. A primeira corresponde à política de aguardar pelas próximas eleições e votar na oposição; a segunda, a de lutar pela antecipação das eleições para agora; a terceira, a de rechaçar a saída eleitoral e buscar a via da ação direta, da mobilização nacional contra o plano e o governo. Uma parte dos delegados compreendeu essa diferença e votou na bandeira porista.

O fato de várias bandeiras radicais terem sido aprovadas depende ainda de

colocá-las em prática. Sabemos que as atuais direções não o farão, por discordarem delas. Cabe a uma assembléia geral organizar e por em prática essas resoluções corretas e avançar o movimento.

No segundo dia da plenária, a principal polêmica foi a proposta de boicote às eleições de representante discente junto aos conselhos centrais. Os atuais RDs, organizados como grupo chamado Voz Ativa, tentaram evitar a aprovação do boicote, primeiro convencendo as bancadas do interior a irem embora a partir das 18 horas. Conseguiram aprovar o teto da plenária para as 19 horas. A seguir, tentaram colocar em discussão outros pontos, para atrasar a votação. Depois, tentaram “emendar” a proposta de boicote com um não boicote. Finalmente, perderam a votação. E poucos cumpriram a decisão de retornar no domingo seguinte.

O último dia, com pequena frequência, aprovou algumas resoluções conservadoras e até propostas reacionárias, sob a batuta dos RDs tiveram votação expressiva. Algumas como “contra as belas bandeiras desprovidas de conteúdo”, “contra as palavras-de-ordem”, “contra as faixas dos partidos nas manifestações” etc.

O POR atuou no Congresso para politizar a discussão, fazer a propaganda do programa e impulsionar o movimento estudantil. Trabalhará para organizar os estudantes que se posicionaram pelas posições revolucionárias se elevem politicamente e se coloquem pela construção do partido revolucionário.

Boicote vence a reitoria da USP

Depois de tentar organizar por duas vezes a eleição de RDs nos conselhos centrais da USP, a primeira sem nenhum inscrito na reitoria (houve um piquete deliberado pelo VI Congresso de Estudantes) e a segunda, dispersa nas unidades, com apenas um inscrito, que renunciou, o

reitor cedeu e enviou ao Conselho Universitário uma emenda para mudar os estatutos e entregar a eleição de RDs aos estudantes. Essa vitória deve servir como um passo para que os estudantes avancem rumo a assumir o poder, junto aos professores e funcionários, da universidade, arrancan-

Comitê pelo voto nulo de Guarulhos

As eleições sempre foram uma saída para os exploradores poderem dominar ainda mais a população.

Nesta época eleitoral, todos os grupos burgueses lutam entre si para ver quem vai assaltar as finanças públicas do município por mais 4 anos.

Todos estes grupos sempre foram e serão corruptos, mas, no período anterior às eleições, sempre posam de santinhos denunciando as falcatruas dos outros. É aí que aparecem na imprensa os grandes escândalos como no caso de Nefi Tales. Onde, diante de tanto dinheiro desviado, que chegou ao ponto da prefeitura ficar vários meses sem pagar os funcionários públicos, estes se viram obrigados a organizar a maior greve da categoria.

Foi neste momento que Jovino, vendo que a casa ia cair, abandonou Nefi e passou a dizer que não sabia de nada e que agora era oposição.

Mas a corrupção não para por aí: o próprio Thomeu, que hoje se coloca

como um candidato que vai varrer a corrupção, no seu mandato anterior desviava dinheiro da saúde através de seu genro, que na época dirigia o Hospital Brasil, e falsificavam as guias do SUS. Além disto, superfaturava o preço do asfalto para cobrar taxas altíssimas da população. Sem falar que, quando surgiu o primeiro boato sobre a terceira pista do aeroporto, começou a desapropriar terrenos nas proximidades, para depois em seu nome construir armazéns e lucrar muito com isto.

Diante de toda este mar de lama, os que se diziam ao lado dos trabalhadores, como Pietá do PT, apoiavam uma ou outra fração da corrupta burguesia para buscar aumentar seu poder político.

Em vez de chamarem a população a derrubarem os corruptos da Prefeitura e da Câmara, onde a imensa maioria é corrupta, chamam a confiar numa CPI desta mesma Câmara. E isto é interessante, pois o próprio PT assim

como a Igreja apoiaram a eleição de Nefi como um mal menor com relação a Thomeu.

Mas o importante frisar é que isto não vale de nada, pois hoje todos os corruptos estão de volta pedindo seu voto, inclusive o Nefi.

É por isto que afirmamos que o parlamento não vale nada, tanto o municipal, quanto o estadual, quanto o federal.

Estes grupos como o PT o PCdoB e outros têm a função de desviar os trabalhadores de suas lutas. Dizem que basta votar em seus candidatos que todos os problemas se acabariam de um dia para o outro.

Sabemos que isto é uma enrolação, pois entra prefeito e sai prefeito e a situação piora cada vez mais. Desde De Carlo até Jovino as fábricas estão saindo do município fruto da própria imposição das reformas do FMI. E nenhum prefeito ou partido se colocaram contra.

LBI

Mais cedo do que o esperado: LBI e grupo de Gamboa (Argentina) mostram-se os dentes

O grupo Gamboa se constituiu rompendo programaticamente com o Comitê de Enlace e fracionando o Comitê Construtor do POR argentino. Tornou-se mais um grupo de ataques sem princípios ao POR boliviano. Justamente por não se esmerar pelos princípios, manteve o nome do Jornal Massas e a sigla de POR, ambos tomados do POR boliviano, que sustenta uma longa trajetória de luta marxista-leninista-trotskyista.

O aventureiro Gamboa não tardou em procurar aproximação com os fillo-morenistas argentinos (PTS), formando um comitê, que teve pouca duração e um término nada louvável. Imediatamente, o aventureiro deu as

mãos para a fina flor do “trotskismo” brasileiro, a LBI, com o objetivo declarado de reconstrução da IV Internacional.

A aproximação teve por base combater o “lorismo”, denominação dada pelos revisionistas ao POR boliviano, que tem como dirigente mais destacado Guillermo Lora. Inventaram que o POR tem concepção menchevique de partido (isso porque combate a idéia de que o militante profissional é aquele que recebe dinheiro para militar) e que é frente-populista (isso porque o POR tem em seu programa a tática da frente única antiimperialista), sem contar outras besteiras.

O grupo de Gamboa sabia bem

quem era a LBI. Quando ainda estava no Comitê de Enlace, admitia nossa caracterização de que se tratava de uma seita oportunista e difamadora do POR. Mostramos por *a mais b* que a LBI denegriu o POR brasileiro com acusações de que éramos delatores. Mesmo assim, Gamboa desconheceu a verdade dos fatos para estabelecer laços com a seita. Também, em pouco tempo, o grupo Gamboa e LBI arreganharam-se os dentes.

A LBI acusa o grupo de Gamboa de centrista e por não se livrar das posições “loristas”, refere-se à dificuldade de Gamboa convencer seu grupo de que as “Teses do Oriente”, aprovadas por Lenin e Trotsky são frente populis-

tas. Certamente, a LBI comete injustiça na segunda parte de sua acusação.

Por sua vez, o grupo Gamboa lançou um Manifesto intitulado “O boicote político e organizativo da LBI às jornadas”. Afirma: “Trata-se de uma denúncia pública que revela o comportamento tipicamente estalinista da LBI frente às Jornadas Internacionais”. A LBI passou a ser caracterizada como “corrente que se traveste de trotskista”. Relata o jogo que a LBI fez com Gamboa por ocasião de uma reunião que ocorreria no Brasil, em 20 de agosto. Permitiu que este viesse da Argentina para São Paulo, de São Paulo para Serra Negra e, finalmente, confirmasse que a reunião seria em São Paulo. De volta a São Paulo, Gamboa foi notificado de que não mais haveria a tal da reunião, porque esta não tinha mais sentido, tamanha as divergências.

Narrando esse inacreditável percurso, sem se envergonhar da aliança com a LBI, Gamboa denuncia seus recém-aliados de “manuseio”, “manobras”, “aparência de bolchevismo”, “inoperância”, “empirismo” e de não cumprir “compromisso explicitamente acordado”. Os leitores deveriam estar se divertindo com essas trapaças, se não fosse lamentável que um conjunto de militantes, tanto da LBI quanto do grupo Gamboa, se prestassem a atitudes tão degradantes, quando temos a monumental tarefa de pôr em pé o partido da revolução proletária. Mas é nosso dever desmascarar os far-sários.

Dissemos que rapidamente os pretensos defensores da IV Internacional arreganharam-se os dentes. Há 16 meses atrás, a LBI e o grupo Gamboa assinaram uma convocatória para a 1ª Jornada de debates internacionais pela reconstrução da IV Internacional”. O texto sobressai pelo exitismo e pela retórica esquerdista. No fundo, está o deslavado oportunismo, já assinalado por nós em outra oportunidade. O atual ataque mútuo é mais uma prova da

relação sem princípio.

Logo no início da convocatória, diz-se que a LBI e o grupo Gamboa resolveram convocar as “jornadas” “após um rico processo de discussão política”. Ressalta que o “objetivo central desta jornada é instalar um pólo de atração para os militantes e organizações revolucionárias que vêm combatendo de forma dispersa e isolada o revisionismo”. Relata que “tanto a LBI como o POR (de Gamboa, adendo nosso) compreendem que a realização destas jornadas é apenas um primeiro passo no longo e paciente processo de reagrupamento dos genuínos revolucionários que não se vergaram ao peso dos aparatos contra-revolucionários (como o estalinismo, a social-democracia...)”. Partindo desse pressuposto, a declaração exorta que a LBI e o grupo de Gamboa tem a “certeza de que essa iniciativa está baseada no método do debate franco e leal”. Evoca a “dura e rica polêmica de clarificação política que marcam as melhores tradições do marxismo e selaram a unidade da III Internacional”.

Vejamos mais uma das pérolas dos auto-intitulados trotskistas. “Este método significa, na prática, uma ruptura com as fusões e reagrupamentos oportunistas...”. Para disfarçar o exitismo, alerta que a convocação das jornadas ocorre “sem nenhum espírito auto-proclamatório ou sectário, está baseada na experiência vitoriosa que nossas próprias organizações vêm desenvolvendo desde que ambas romperam com as correntes internacionais que integrávamos anteriormente”.

A militância séria poderá agora comparar as acusações iniciais de centristas, estalinistas, manobristas, manipuladores etc com o tom laudatório da convocação das “jornadas”.

É bom lembrar que a LBI inaugurou sua vida pela “reconstrução da IV” se unindo a um outro grupo argentino, denominado PBCI, um racha pela direita do Partido Obrero, que

tem ou tinha como filial no Brasil o PCO, de onde veio a LBI. Nessa inauguração, os elebeístas cantaram alto a aglutinação principista e revolucionária com o PBCI. De uma das reuniões internacionais, a LBI trouxe na mala a substituição da bandeira de governo dos trabalhadores, herdada de PCO/PO, pela de governo operário e camponês, isso depois de termos criticado a LBI por conservar a estratégia oportunista do governo dos trabalhadores. Tal mudança se deveu à contribuição do PBCI.

Pois bem, também em pouco tempo a LBI passou a acusar o PBCI de revisionista, pró-imperialista, pró-sionista, obrerista, sectário e mais alguma coisa. Agora repete a dose com a conivência do aventureiro Gamboa, que sabia muito bem a real identidade desse grupelho.

Há mais uma última coisa a ser dita. Gamboa aglutinou um grupo denominado Fração Trotskista, que lhe tem servido de canal para difundir suas imundices contra o POR boliviano. Essa fração passou a fazer parte das jornadas. Não demorou para que acusasse a LBI de se adaptar à bandeira eleitoralista dos morenistas (PSTU) de “Fora FHC”. Cessada essa polêmica, abriu-se outra rachadura frente às eleições do DCE da Universidade Federal do Maranhão. A fração apoiou a chapa dos reformistas (PT) e do PSTU. A LBI que concorreu acusou a fração de capitular perante a política de frente popular.

O aventureiro Gamboa concordou com a LBI, com o claro propósito de salvar suas relações. A Fração não se pejou em publicar um texto de Gamboa que tem o seguinte teor: “Principalmente o PSTU, porém também a Fração Trotskista, jogaram o típico papel do centrismo, que, sem se integrar plenamente à Frente Popular, a auxiliam pela esquerda...”. E especificamente caracteriza a Fração como capituladora: “Do nosso ponto

QUEM FOI KARL MARX?

Karl Marx, foi um dos mais importantes pensadores que existiu na história da humanidade e, sem dúvida, juntamente com Friedrich Engels, foi o principal teórico do movimento proletário revolucionário. Foi ele quem lançou as bases do socialismo científico que, ainda hoje, causa temor aos capitalistas e à classe média (apegados a propriedade privada) e fornece a diretriz aos partidos e demais revolucionários que pretendem romper com a exploração do homem pelo homem.

Marx nasceu na cidade de Trier, Alemanha (antiga Prússia Renana), em 05 de maio de 1818. Inicialmente, dedicou-se ao estudo do Direito, como convinha a um jovem descendente de uma família de burgueses judeus. Mas, estudando em Berlim, Marx toma contato com outras idéias, que acabam o transformando em um ateu e subversivo, o faz romper com o estudo do Direito e estudar História e Filosofia.

É esta sua postura subversiva que o levou, em 1842, a participar como colaborador da *Gazeta Renana*, jornal de oposição fundado por burgueses radicais da Renânia. Como redator, Marx transformou este jornal, impondo-lhe uma tendência democrática revolucionária, que gerou a reação do governo: o jornal foi proibido, em março de 1843.

Neste período, Marx toma contato com o pensamento do filósofo alemão Hegel, que era predominante em Berlim. O principal ponto da doutrina de Hegel, era o de que o mundo das idéias (a consciência dos homens) é que transforma o mundo material (a existência, as condições de vida dos homens). Marx discordava disso, defendia o contrário: o mundo material (a existência, as condições de vida dos homens) é que determina a consciência. Em outras palavras: as pessoas não são e não agem por causa simples-

mente do que pensam, mas pensam e agem conforme as condições que a realidade lhes impõem.

Mas, não foi somente à Hegel que Marx fez críticas. Em 1847, juntamente com Engels, publica sua primeira obra, *Miséria da Filosofia*, onde mostrou os problemas da doutrina do anarquista Proudhon e do socialismo pequeno-burguês em geral, e, ainda, apresentou o que seria a teoria e a tática do *socialismo proletário* revolucionário ou comunismo.

Formou-se neste período a esquerda hegeliana, cujo principal expoente foi Feuerbach (1804 - 1872) que, em sua obra *A Essência do Cristianismo publicada em 1841*, une todo o pensamento da esquerda hegeliana e conduz a crítica à filosofia da religião e da dialética hegeliana em torna do grupo de Berlim. Marx participa ativamente deste grupo de discussão, contribuindo com alguns escritos. Porém, em 1845, em seu exílio em Bruxelas, Marx e Engels redigem *A Ideologia Alemã*, obra crítica às posições de Feuerbach sobre o desenvolvimento humano. Seu distanciamento da política e da história ao analisar o relacionamento do homem com a natureza, isolando-o da influência direta de suas reais condições de existência.

Em 1847 ainda, assim como Engels, Marx filiou-se à uma sociedade secreta de propaganda, a "Liga Comunista", instalada em Bruxelas. Neste organismo, ambos foram incumbidos da elaboração de um manifesto. É neste momento, que os dois autores lançam uma de suas obras mais conhecidas e importantes do movimento operário, *O Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1848. Esta obra traz uma análise profunda do que é o capitalismo, como ele se alastrou pelo mundo, como ele implica em exploração dos trabalhadores pelos patrões, sobretudo, o operário, e, finalmente, como e porque os operários devem transformar a sua realidade, fazendo a revolução social, superando o

capitalismo, isto é, criando uma sociedade onde não ficariam mais submetidos a ninguém: a sociedade comunista.

Em 1848 ainda, Marx foi expulso da Bélgica. Vai para Paris, onde estava eclodindo a Revolução de Fevereiro (a revolução burguesa francesa). Posteriormente retornou à Alemanha, pois lá também estava ocorrendo uma revolução burguesa e, como bom revolucionário, que analisa a história concreta, Marx pretendia acompanhar os fatos.

Entre junho de 1848 e maio de 1849, Marx publicou a *Nova Gazeta Renana*, onde ocupou o cargo de redator-chefe. Neste momento, porque na Alemanha ainda restava vestígios do Antigo Regime, ele defendeu a aliança do proletariado e dos camponeses com a burguesia para e tão somente eliminar tais vestígios.

Posteriormente, expulso da Alemanha, Marx vai para Londres. Lá, em 1852, escreve *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Nesta obra, ele analisa o golpe de Estado de Napoleão Bonaparte III, isto é, o "bonapartismo" como forma de governo, onde a burguesia quando enfrenta uma crise, em que o proletariado avança em sua luta, recorre a um governante autoritário, para restabelecer a ordem, mesmo que através de um golpe de Estado, como o fez Bonaparte.

Em 1864, funda em Londres a I Internacional Comunista (a "Associação Internacional dos Trabalhadores"), que uniu proletários de todo o mundo, visando a luta contra a exploração capitalista, sob uma única tática.

Posteriormente, Marx publicou o primeiro volume de sua obra máxima, *O Capital*. Nesta obra, ele analisou com profundidade e de forma científica o mecanismo de funcionamento do capitalismo, não deixando dúvidas sobre a exploração do proletariado que nele ocorre.

Em 1871, Marx acompanha de perto a primeira tentativa do proletariado

Bolívia: Abaixo a repressão!

Porque a rebelião popular vai se acentuando de maneira insufocável e rápida, o governo da narco-corrupção desesperadamente se empenha em sacar forças de sua própria fraqueza. Uma prova é que utiliza seu último recurso para manter-se no poder: pretende fazer retroceder as massas apertando o gatilho.

Particularidades do ascenso das massas

As massas invadem sem cessar as ruas e os caminhos, em que pesem as direções burocratizadas, em seu mais alto nível, parecem já não existir. A agitação chega até o grosso das massas, incluindo as organizações cívicas; é notável que alguns setores burgueses, por exemplo os agroindustriais do leste do país, marcham contra o mal governo. Cada grupo elabora seus próprios interesses, mas a agitação parece unir a todos.

Tem-se a impressão de que para os bolivianos só existe a ação direta das massas, que todos ignoram e ultrapassam as leis, o parlamento, os juízes e as eleições.

Os órgãos de poder (cabildos (conselhos), assembléias gerais, autogoverno e democracia direta, comitês de greve etc.) se formam todos os dias.

A idéia dominante é de repúdio ao governo e os marchistas gritam que Banzer se vá para casa por ser incapaz, corrupto e servente dos norte-americanos (das multinacionais).

tes receberem o sinal do embaixador norte-americano) culpam pela luta que travam os explorados e oprimidos os “agitadores” de poncho, operários e sobretudo, os trotskistas.

Os golpes que já descarregaram sobre nós os fascistas usurpadores do Palácio Queimado não nos impedirão de seguir cumprindo nosso papel fundamental de farol que guia a batalha que travam os explorados e oprimidos em seu empenho de arrancar dos exploradores um pedaço a mais de pão e sua liberdade.

Anima-nos a certeza de que a vitória em definitivo será nossa.

(Extraído do Masas boliviano nº1731, de 22/09/2000)

Greve do magistério: Põe em evidência a incapacidade do regime burguês

Não há ninguém no país, incluído o próprio governo, que não reconheça que os salários dos professores são uma verdadeira vergonha, que não permitem viver, que são salários de miséria como todos os de outros trabalhadores.

Está pois, fora de discussão a justeza da reivindicação dos professores, que decidiram pela greve geral indeterminada em nível nacional, reivindicando um reajuste de 50% sobre seus salários. Montante insuficiente em relação ao custo de vida fa-

Massas politizadas; e a direção?

O que colocam as massas (que o governo delas ou governo operário-camponês substitua agora no poder aos marionetes do imperialismo) é prova de sua elevada politização.

As atitudes, as bandeiras, o repúdio à classe dominante, quer dizer que está presente a política revolucionária do proletariado (expressa com nitidez pelas “Teses de Pulacayo”). Nenhuma dúvida cabe que a partir do seio dos explorados se incorpora a voz do partido operário revolucionário, nas mobilizações não estão presentes grandes setores operários, mas está atuando sua política, seu programa, seu partido.

A repressão gorila

O povo faminto e enfurecido se levantou. A resposta do governo esfomeador e entreguista tem sido uma só: golpear sem piedade com as forças policiais e dos uniformizados. Os opositores burgueses (os politiquinhos ladrões e seus lacaios “esquerdistas”) aplaudem as medidas assassinas e persistem em seu empenho de assegurar sua vitória nas eleições, isto por cima do sangue derramado dos que lutam por um pedaço de pão.

Os supostos governantes (não movem um dedo sem an-

miliar.

A resposta do governo é categórica: “Não se pode atender a demanda dos professores”, porque o Estado não tem os recursos para isso. Se isso é verdade, se a classe dominante deste país não pode atender ao mínimo indispensável para dar de comer aos seus próprios escravos, a conclusão evidente não é outra que a de que não merecem continuar governando este país, que é necessário expulsá-los do poder

Colômbia

O imperialismo impõe ao governo brasileiro a prisão do representante das Farcs, Oliverio Medina. Os trabalhadores devem exigir: liberdade imediata!

A negativa de revalidação do registro provisório de Oliverio Medina e sua prisão são conseqüências do Plano Colômbia, arquitetado pelos Estados Unidos para destruir as Farcs, e do Plano Cobra, adotado pelo governo brasileiro como parte da ofensiva imperialista.

Ocorre que os Estados Unidos conseguiram, no último período, esmagar a guerrilha em vários países latino-americanos e mesmo integrar movimentos guerrilheiros na legalidade burguesa, transformando-os em partidos eleitoreiros, como foi o caso de El Salvador. Mas não conseguiram o mesmo com as Farcs, a mais antiga guerrilha, que conta com apoio de uma parcela significativa de camponeses e trabalhadores urbanos.

O Plano de Paz do governo colombiano para desmantelar as Farcs através de acordos e de integração na “democracia” burguesa não progrediu. O problema político, por enquanto, terá de ser resolvido militarmente.

Os Estados Unidos, de acordo com seu domínio sobre América Latina, objetiva potenciar o governo de Pastrana com armas e possibilitar o intervencionismo militar do próprio imperialismo. Não é preciso responder ao argumento do combate ao narcotráfico, um canal utilizado para atuar sobre os governos e reforçar sua presença bélica. O que está em jogo é a necessidade da maior potência ampliar seu raio de ação sobre as semicolônias. Necessidade essa agigantada pela crise estrutural do capitalismo mundial. Trata-se, portanto, mais do que um cerco à Colômbia.

Estamos diante de uma operação de maior amplitude, que vem se confi-

gurando pelas campanhas de erradicação do plantio de coca. Está aí o caso da Bolívia em que os camponeses paupérrimos se vêem na contingência de combater ferozmente o governo entreguista. Vemos que não se trata de um aspecto específico. Os governos latino-americanos, sem exceção, vêm aplicado dos planos econômicos que dilapidam o país e atingem fundo a vida das massas.

Como sustentar essa sangria e a crescente miséria? A olhos vistos a luta de classe se expande de país a país. Entre as massas, cresce a necessidade de organizar a luta antiimperialista, que fatalmente desembocará no questionamento de todo capitalismo. Isso porque o proletariado pode ocupar um lugar de destaque na resistência aos ataques das potências e aglutinar a maioria oprimida contra o Estado burguês. Esse é o pano de fundo dos acontecimentos que envolvem o Plano Colômbia.

Os países mais débeis econômico e politicamente são a porta de entrada mais fácil para o imperialismo militarizar a região. Mas o objetivo é englobar Brasil e Argentina que, embora semicolônias, se distinguem por ter uma burguesia industrial mais bem estruturada e portadora de interesses próprios. O projeto Alca vem nesse sentido. A intenção dos Estados Unidos de conformar uma força “multinacional” latino-americana sob seu comando para intervir na Colômbia e em todo território expressa a ofensiva do grande capital internacional.

As relações econômicas e militares estão interpenetradas. E nesse caso para impor mais rigidamente a hege-

monia imperialista e reforçar a opressão nacional.

O governo brasileiro vem cedendo aos poucos, de forma a não demonstrar abertamente perante as massas sua subserviência e para processar as divergências no seio da própria burguesia. Mas a tendência é de se integrar cada vez mais à estratégia do imperialismo de enfrentamento da desintegração mundial do capitalismo e crescimento da luta de classe.

Claro que esse processo não anda em linha reta e nem mecanicamente. Os choques de interesse e a luta entre as classes, e mesmo entre frações da burguesia, interferem nessa tendência dominante. Mas é necessário partir dela para se tirar as conclusões políticas corretas.

O reformismo, por exemplo, rejeita essa constatação em função de sua esperança utópica de aglutinar setores burgueses tendentes a pleitear uma “nova ordem mundial”, em que se renegociariam as perdas e danos da crise. No Brasil, o PT expressa essa posição. E os simpatizantes das Farcs, bem como o próprio movimento das Farcs, não escapam da órbita do reformismo, negando a tarefa essencial que é a revolução e ditadura proletárias. O mesmo se passa com os zapatistas, que aqui entre nós são duros adversários da construção do partido revolucionário.

São fatores contraditórios na situação, que retardam o objetivo estratégico de combater o imperialismo e as burguesias nacionais com as armas da revolução proletária, que implica a construção do partido mundial da revolução socialista. Essa posição pode

Sobe um governo pró-capitalista no lugar do desmoralizado Milosevic

A manobra do governo Milosevic de antecipar as eleições para obter uma reeleição, permitida pela reforma constitucional feita por seus partidários, fracassou. Perdeu para Vojislav Kostunica. A tentativa de fazer um segundo turno fraudando o resultado permitiu que a frente opositora convocasse manifestações populares. O movimento se radicalizou com greves e ocupações.

A oposição pró-capitalista acabou por arrastar os operários de extração de carvão de Kolubara para exigir a saída de Milosevic. Ficou evidente que o burocrata estalinista já não tinha base social e que estava desmoralizado.

O imperialismo atuou como força de pressão em favor da Oposição Democrática Sérvia (ODS). A OTAN chegou a ameaçar com bloqueio naval. Os trabalhadores que foram arrastados pela frente opositora não puderam reconhecer o significado pró-capitalista da ascensão de Vojislav. Milosevic continuou a ostentar o conceito de comunista para uma política nacionalista, que no fundo não se diferencia da oposição que o derrubou.

O governo de casta burocrática e corrompido, que procurou sustentar ditatorialmente a ex-Iugoslávia titoísta, deu lugar a um movimento em favor da integração da Sérvia ao imperialismo europeu. Os opositores são parte da burocracia estatal que se desintegrou com a falência do socialismo-nacionalista iugoslavo, de inspiração estalinista.

Milosevic tentou manter a unidade da Iugoslávia exarcebando o nacionalismo sérvio e sustentando o centralismo burocrático militar contra as nacionalidades que compunham a federação. Procurou direcionar a restauração capitalista de acordo com os interesses da burocracia dominante da Sérvia.

O imperialismo soube aproveitar o

descontentamento nacional das demais etnias para incentivar a ruptura da Iugoslávia, potenciando as posições nacionalistas e pró-capitalistas que cresceram em choque com a ditadura de Milosevic.

Os ataques da OTAN em apoio à separação da Bósnia revelaram a incapacidade do governo encabeçar um movimento antiimperialista de base popular. A derrota da política de força contra as nacionalidades selou o fim do governo. Sua queda era uma questão de tempo.

A Oposição, defensora da submissão da Iugoslávia ao imperialismo europeu, potenciou-se com o descontentamento da classe operária e de uma camada da classe média urbana que não via outra perspectiva no governo de Milosevic senão atraso econômico, desintegração do país, empobrecimento e corrupção.

O fato do proletariado ter se mantido sob a direção da burocracia titoísta e não ter podido construir uma direção revolucionária, verdadeiramente comunista, o impediu de distinguir a luta interburocrática e pró-capitalista, que culminou com a derrubada de Milosevic.

Como se vê, a Sérvia não está protagonizando um movimento revolucionário. Pelo contrário, as massas estão à mercê de posições reacionárias, cujo nacionalismo terminará em aberta posição pró-imperialista.

É preciso entender que todo esse processo de desintegração, guerras de nacionalidades e intervenção bélica do imperialismo, ocorrido na ex-república da Iugoslávia, faz parte do movimento de restauração capitalista em todos os países em que a burguesia foi expropriada, cujo centro radiador foi e tem sido a ex-URSS.

A estruturação do estalinismo na ex-URSS desencadeou um surto de nacional-socialismo, a ponto da Iugoslávia procurar criar seu próprio

socialismo, como se fosse distinto do estalinismo. O mesmo se passou com a China e outros lugares.

Os inimigos do marxismo, revisionistas de toda ordem e arrivistas pró-imperialistas têm procurado explicar que se trata da falência do comunismo, denominado de fracasso do “socialismo real”. Na realidade, o que fracassa é o nacionalismo estalinista e as variantes da burocracia que dele se desprende.

O seguidismo das massas oprimidas pela burocracia governamental aos opositoristas defensores da ordem capitalista indica a profunda crise de direção que atingiu o proletariado internacional. Os acontecimentos mostram que os explorados terão de passar por essa experiência histórica para retomar as tradições revolucionárias, que levaram o proletariado ao poder na ex-URSS e outras latitudes.

O capitalismo é um sistema em desintegração. A restauração implicará em profundo retrocesso nas condições de vida das massas e na economia (como já se evidencia na Rússia, Alemanha Oriental etc).

A tarefa de construir os partidos revolucionários, sem dúvida, está em atraso frente às condições de apodrecimento do capitalismo e da gigantesca miséria que atinge a maioria dos trabalhadores. Mas não há como cortar atalhos ou encontrar soluções artificiais. É necessário o trabalho paciente de reconstrução do programa da revolução e ditadura proletárias em cada país, como parte do objetivo estratégico de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Essa conclusão vale para a situação em que vive a ex-Iugoslávia. Frente à disputa interburocrática e de frações pró-capitalistas, defendemos a retomada do poder pelo proletariado e a reconstituição da unidade revolucionária dos povos dos balcãs.

Todo apoio à luta revolucionária na Bolívia

Desde a última semana de setembro, a Bolívia voltou a ser palco de convulsão social, com os mesmos setores sociais que realizaram as jornadas de abril último. Os camponeses bloqueiam as estradas e caminhos e cercam as principais cidades do país (La Paz, Cochabamba e Santa Cruz); os professores paralisaram as atividades e realizam protestos nas ruas das cidades; estudantes em greve estão em choques quase diários com a polícia; Cochabamba em luta exige a queda do prefeito. As tropas repressivas têm contado com várias baixas e recuado em vários confrontos com os movimentos, que respondem à repressão com as pedras, bombas caseiras e tiros. O governo Banzer encontra-se encurralado, os partidos burgueses se dividem entre os que defendem um banho de sangue e os que pretendem ceder aos movimentos para que estes recuem. Muitos pedem a sua renúncia, para evitar a derrubada pela ação das massas. O governo ianque de Clinton pronunciou-se como a única base de apoio sólido do fascista Banzer.

A retomada da luta revolucionária na Bolívia comprova a situação revolucionária, em que os de cima não conseguem mais governar e os de baixo não se submetem aos governantes. Exige dos revolucionários de todo o mundo o apoio decidido às massas em luta para que o desenlace a essa situação seja favorável aos oprimidos.

Pauta e negociação unificada

A tremenda força dos movimentos bolivianos nos últimos dias vem da impossibilidade do governo fascista de Banzer de agir pela divisão das lutas. De um lado, a direção burocrática da COB não consegue se colocar como



intermediadora dos conflitos, enfim, não dirige os movimentos. As assembleias de base foram aprovando a unificação das pautas de reivindicação e

impondo acordos sindicais em que não se poderia negociar com o governo em separado. O governo pressionou, tentando atender parcialmente às reivindicações de professores, estudantes e da população de Cochabamba, mas a unidade do movimento impediu que Banzer isolasse os camponeses. Esse é o setor mais vulnerável às pressões do governo pela negociação em separado, pela direção burocrática e corrompida. Mas o maior problema é que as reivindicações camponesas de plantio da folha de coca e proibição de novos quartéis na região do Chapare não podem ser atendidas pelo governo, pois são compromissos de Banzer com o imperialismo ianque. O governo conseguiu trazer à mesa de negociações o dirigente cocaleiro Evo Morales, mas a impossibilidade de ceder faz com que as negociações não caminhem. Ao mesmo tempo, professores e camponeses reafirmam o bloco sindical que não permite negociações em separado.



Os camponeses foram os protagonistas centrais do conflito.

A unidade do movimento permitiu construir uma luta de caráter antigovernamental, com a força necessária para impor o conjunto das reivindicações ao governo.

As reivindicações

Os cocaleiros reivindicam o direito de manterem o cultivo da coca em pelo menos parte de suas terras e o fim dos quartéis de destruição das plantações na região de Chapare. O governo tem realizado uma destruição em massa das plantações, sob as ordens do governo Clinton. A substituição da coca pela batata, amendoim e outras culturas tem reduzido o ganho dos camponeses para cerca de 20% do que ganhavam com a coca. A miséria os empurra para a luta em defesa do direito ao cultivo milenar. A posição do POR trotskista tem sido a de livre cultivo e comercialização da coca, e que o problema do narcotráfico é dos países imperialistas, que consomem mais de 80% da produção mundial da droga.

Os professores reivindicam 50% de reajuste salarial. Os universitários exigem aumento de verbas e construção de novas universidades, como em El Alto. A população de Cochabamba exige a queda do prefeito e a retirada definitiva do parlamento da Lei de Águas (privatização). Colocou como seus dois principais pontos de pauta o atendimento das reivindicações dos cocaleiros e dos professores.

Os métodos de luta

Das 376 escolas de La Paz, apenas 50 estão trabalhando. O Comitê de Greve expulsou das filias do magistério de La Paz uma diretora de escola que ajudou o governo a demitir 3 professores de base. O governo ofereceu 1500 bolivianos (cerca de 300 reais), a serem pagos em 3 vezes, aos professores que se submetessem a uma avaliação em janeiro de 2001, e mais 500 bolivianos retroativos a outubro/2000. Os professores

16 – MASSAS – 2ª quinzena de outubro de 2000



Wilma Plata, presa por 15 horas neste último conflito.

rechaçaram a proposta imediatamente e reafirmaram que as negociações devem ser conjuntas com camponeses e outros setores em luta.

Os camponeses mudaram seus métodos de bloqueio de estradas. Passaram a empregar as grandes pedras, lanças e buracos. Quando se aproximam as tropas da repressão, escondem-se e logo que os milicos deixam o local voltam para refazer os bloqueios. Em suas marchas, passaram a usar armas, além das pedras, e têm feito tropas recuarem. De todos os lados do país, aproximam-se das principais cidades e já não é possível chegar nem mesmo comida por via terrestre. Os aviões têm sido utilizados para isso.

Os camponeses e a população decidem os rumos do movimento em cabildos (conselhos populares) e assembléias. O bloqueio de estradas não lhes afeta, porque estabelecem meios de garantir a alimentação de suas famílias, dividindo as tarefas de bloqueio e cultivo.

A repressão

O governo tem dificuldades para exercer a repressão sobre os movimentos. Em primeiro lugar pela radicalização das lutas, com armamento de camponeses. Em segundo lugar pela divisão no interior do exército e polí-

cia, que recentemente realizaram um levante conjuntamente aos setores que hoje estão de volta às ruas e estradas. O estado de sítio de abril foi inócuo e posto abaixo pelas mobilizações de estudantes e professores. O atendimento das reivindicações esbarra nas exigências ianques contra o plantio da coca. Os partidos burgueses mostram-se divididos. O MNR pretende obter vantagens eleitorais. Seu dirigente Sanchez de Lozada afirmou (ou confessou) que ratos não costumam entrar em navios afundando.

O sinal de apoio dado por Clinton a Banzer pode indicar que o governo boliviano busque ajuda militar ianque para preservar o regime político. A possibilidade de saída eleitoral, como a anunciada por Fujimori no Peru, está descartada pelo esvaziamento das ilusões democráticas no país (a maioria não vota e as reivindicações não se voltam para as instituições democráticas).

A prisão de Wilma Plata durou apenas 15 horas. O anúncio da perseguição para prisão de mais de 200 outros dirigentes sindicais despertou ainda mais ódio contra o governo, e não foi colocada em prática.

O papel do POR

O Partido Operário Revolucionário boliviano dirige a Federação de